Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Doha, questão de segurança – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/05/2009.....3

Amorim defende que Venezuela entre no Mercosul – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009.....4

Fortalecer o bloco – Rosinha – O Globo – Opinião – 04/05/2006 5

Mercosul bolivariano – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/05/2009.....6

REAF: Sessão Nacional aprova proposta de regulamento do Fundo da Agricultura Familiar - Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2009.....7

Mercosul completa 18 anos: bom momento para pensar o futuro – Armando Monteiro Neto – Valor econômico – Opinião – 05/05/2009 8

O preço de rejeitar a adesão da Venezuela ao Mercosul -Fabiano Santos e Márcio Vilarouca – Valor Econômico - 06/05/2009.....10

Chávez no Mercosul – vale arriscar? – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Opinião – 07/05/2009.....13

Brasil deve se tornar alvo preferencial do protecionismo global – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009 14

Gabrielli critica taxação do etanol pelos Estados Unidos. – Sítio Eletrônico da CNA – 22/05/2009 16

Emergentes atacam subsídios de EUA e UE – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 28/05/2009.....17

O G8 morreu, o G20 respira pouco – Folha de São Paulo – Opinião – 31/05/2009 18

Doha, questão de segurança – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/05/2009

A tentação de criar barreiras ao comércio ficou mais forte com a recessão mundial. Desde o agravamento da crise, em setembro, a maioria dos governos do Grupo dos 20 (G-20) adotou medidas protecionistas, dentro ou fora das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mais do que nunca, no entanto, é preciso preservar e ampliar as condições de liberdade no mercado global.O sistema comercial edificado nos últimos 60 anos é acima de tudo um fator de confiança para os agentes econômicos – "e a confiança, como a crise mostrou, é o elo que falta para levar o mundo de volta ao caminho do crescimento", disse em Genebra o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, logo depois de eleito para mais um mandato de quatro anos.

Muito mais que um pronunciamento de ocasião, apropriado a um ritual, o discurso de Lamy foi uma convocação. Mais do que nunca é preciso trabalhar pela conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais. Esse empreendimento, lançado no fim de 2001, foi retardado por vários impasses. Em 2008, foi mais uma vez interrompido, quando os participantes de maior peso, incluídos União Europeia, Estados Unidos, Brasil e Índia, foram incapazes de resolver umas poucas diferenças.

No entanto, como observou Lamy, os negociadores já percorreram 80% do caminho, alcançaram consenso em torno de temas difíceis e poderiam, com um pouco mais de esforço, completar o mais amplo e mais ambicioso acordo comercial de todos os tempos.

Uma das inovações da Rodada, lembrou o diretor-geral da OMC, é o compromisso com os objetivos próprios dos países em desenvolvimento.

Dois terços dos benefícios produzidos pelos cortes de tarifas e de subsídios deverão refletir-se em maiores exportações daqueles países.

Nem todos esses benefícios, é preciso ressalvar, estão garantidos, mas os ganhos previsíveis até agora são consideráveis.

Europeus e americanos ainda tentam, por exemplo, preservar vantagens especiais para sua agricultura, limitando os efeitos da redução de tarifas e de subvenções, e a discussão dos detalhes finais, portanto, será trabalhosa.

Mas é inegável o avanço na direção desejável e quanto a isso a avaliação de Lamy é incontestável.

Além de insistir na conclusão da Rodada Doha, Lamy chamou a atenção para os limites da negociação. Muitas questões novas têm recebido atenção no debate internacional, como a mudança climática, a segurança alimentar, as cláusulas sociais e o protecionismo financeiro.

Todos esses temas deverão ter destaque em futuras negociações – mas não integram, lembrou o diretor da OMC,a pauta da Rodada Doha. "Obviamente nada nos impede de pensar sobre o futuro, mas eu creio que um trabalho sério sobre qualquer tópico futuro deve começar quando a linha de chegada da Rodada Doha estiver firmemente à vista."

A observação é especialmente oportuna. Introduzir qualquer desses temas no debate comercial implicaria reabrir as negociações e pôr em risco os acordos parciais obtidos até agora.

O recado vale para o novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e para qualquer novo governante eleito a partir de agora: sua contribuição deve consistir em retomar a Rodada Doha a partir do ponto alcançado pelos negociadores até a última interrupção, sem forçar uma volta ao ponto de partida.

Se isso ocorrer, será preciso enfrentar discussões novas e muito complicadas e os enormes benefícios de uma liberalização comercial mais ampla serão retardados ainda por muitos anos, com grande prejuízo para todos, mas principalmente para as economias em desenvolvimento.

Acordos bilaterais e regionais, lembrou ainda Lamy, não são a melhor resposta para as necessidades do comércio internacional. Esses acordos podem facilitar a integração e o comércio entre alguns países, mas ao mesmo tempo multiplicam barreiras, restringem o alcance das concessões e criam entraves ao funcionamento do sistema multilateral.O multilateralismo, insistiu Lamy, é a solução mais desejável e a mais eficiente a longo prazo para a prosperidade global. É esse o caminho necessário para uma segurança cada vez maior no sistema do comércio.“A maior recompensa da Rodada Doha virá com a certeza, a previsibilidade e a estabilidade que proporcionará ao comércio global. Em momentos de crise como o que hoje vivemos cresce o valor das políticas de segurança”, disse Lamy.

Amorim defende que Venezuela entre no Mercosul – Folha de São Paulo – Brasil – 01/05/2009

O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) disse ontem aos senadores da Comissão de Relações Exteriores que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, reforçou o interesse do seu país em integrar o Mercosul, em encontro há duas semanas. Chávez, segundo Amorim, pediu pressa na aprovação do protocolo de adesão que irá permitir a participação no bloco que reúne Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Amorim relatou o diálogo para tentar convencer os senadores a avalizarem o ingresso da Venezuela. A Argentina e o Uruguai já aprovaram o ingresso do país. Faltam só os Congressos do Paraguai e o Brasil.

Nos dias 19 e 20 de maio, técnicos do Brasil e da Venezuela irão se reunir para negociar pendências comerciais entre os dois países. Chávez se mostrou disposto, disse Amorim, a participar de reunião prévia a essa.

O relator da matéria na comissão é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que questionou a participação da Venezuela devido à personalidade de Chávez. "Se a Europa tivesse prestado mais atenção à personalidade de Adolf Hitler, não teríamos tido alguns episódios. Não estou comparando Chávez a Hitler, mas ele já mandou sair do seu país os embaixadores dos Estados Unidos, do México e da Colômbia."

Segundo Amorim, se a adesão da Venezuela for rejeitada pelo Congresso brasileiro, as relações comerciais entre os dois países podem ser prejudicadas. O Brasil é o terceiro maior

exportador para a Venezuela, atrás dos Estados Unidos e do México. Também participaram da audiência o roqueiro Supla e do seu irmão João, convidados pelo pai, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a visitarem o Congresso após os escândalos.

Fortalecer o bloco – Rosinha – O Globo – Opinião – 04/05/2006

No dia 26 de março, o Mercosul comemorou 18 anos. Dois dias antes, a União Europeia comemorara 52.

Enquanto o primeiro sai do consultório do pediatra, o segundo entra no do geriatra. Ao contrário do que dizem os "mercocéticos" e os "eurocéticos", tanto um como o outro gozam de boa saúde.

As realizações da União Europeia falam por si mesmas. As do Mercosul também são significativas. Do ponto de vista econômico e comercial, os êxitos são notáveis. Desde a criação do bloco, as exportações intra-Mercosul multiplicaram-se 8,5 vezes — passaram de apenas US$ 4 bilhões para cerca de US$ 33,5 bilhões, conforme dados de 2007. Já as exportações do Mercosul para o mundo cresceram 4,8 vezes, de US$ 46 bilhões para US$ 222 bilhões. A entrada da Venezuela agrega peso econômico ao bloco e aumenta seu protagonismo internacional. Para se ter uma ideia, entre 2003 e 2008 as exportações brasileiras para aquele país passaram de US$ 608 milhões para 5,15 bilhões, um crescimento de 758%.

Também não faltam avanços institucionais e políticos. A criação e instalação do Parlamento do Mercosul, que começou a funcionar em maio de 2007, é uma importante realização política. O Parlamento, que tem entre suas atribuições a elaboração de informes anuais sobre os direitos humanos, ajudará a criar a cidadania do Mercosul.

O Parlamento criou o Observatório da Democracia. O Observatório prevê a criação de um Foro de Consulta para estabelecer a relação com a sociedade civil. O Protocolo do Ushuaia e o Observatório são instrumentos de acompanhamento da democracia no Mercosul, podendo denunciar qualquer agressão aos direitos humanos e ao estado de direito.

O melhor caminho para se combater a crise econômica mundial é aprofundar, ampliar e intensificar o processo de integração. Com estes instrumentos e com a conquista da maioridade do bloco, poderemos ter um Mercosul rico em realizações econômicas, sociais e políticas, que beneficiem todos os habitantes da região. Um Mercosul robusto e sem perigo de adoecer com a entrada da Venezuela.

DR. ROSINHA é deputado federal (PT-PR) e vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul.

Mercosul bolivariano – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/05/2009

OBrasil nada ganhará, se a Venezuela entrar agora no Mercosul.

Nada perderá, se o país do presidente Hugo Chávez continuar onde está,comoparceiro comercial importante e aberto a empreendimentos econômicos de interesse comum. Mas poderá perder muito, se a sua diplomacia comercial ficar na dependência dos humores e dos interesses políticos do criador da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

Essa dependência será inevitável, se o presidente Hugo Chávez puder influircom seu voto nas decisões do Mercosul. Sendo o bloco uma união aduaneira, nenhum de seus membros pode negociar isoladamente um acordo de livre comércionemconceder facilidades comerciais incompatíveis com a Tarifa Externa Comum(TEC).

Já não é fácil conciliar os interesses dos atuais sócios do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai eUruguai – quando se trata de negociações com parceiros de fora. Isso ficou provado mais de uma vez nas discussões de um acordo com a União Europeia, um empreendimento até hoje inacabado.

Foi provado também quando se tratou de oferecer concessões na Rodada Doha. Cada umdos quatro governos teria de levaremconta os demais, ao preparar suas ofertas, e as diferenças entre Brasil e Argentina, em relação às tarifas para produtos industriais, não foram anuladas nem contornadas.

A articulação dos objetivos ficará ainda mais complicada, se for preciso levar em conta as opiniões do presidente Chávez. Ele já afirmou não ter interesse no Mercosul tal como está hoje constituído. Mas o Mercosul não desagrada a Chávez por causa de seus impasses comerciais e de seu mau funcionamento como união aduaneira. Desagrada-lhe, com certeza, por não se enquadrar, por exemplo, nos princípios e nos objetivos da Alba.

Os senadores brasileiros parecem ter esquecido esse e outros detalhes importantes ao discutir o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Que o assunto tenha sido menosprezado pelos senadores governistas é compreensível. Eles apoiam, presumivelmente, a orientação diplomática do Palácio do Planalto, mesmo quando essa orientação é fantasiosa, alimentada por uma ilusão de liderança regional. O desempenho mais preocupante é o dos parlamentaresdaoposição. Algunsdeles manifestam dúvidas quanto às vantagens da admissão da Venezuela no Mercosul, mas seus argumentos são de um amadorismo assustador. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do assunto na Comissão de Relações Exteriores, referiu-se à personalidade do presidente Hugo Chávez como um fator de complicação. O argumento relativo à personalidade é fraco e desnecessário.As tendências ditatoriaisde Chávezsão evidentes para qualquer observador medianamente informado, mas o argumento relevante é outro: tem sentido subordinar os objetivos do Mercosul – e do Brasil, portanto – aos fins políticos da Alba? O verbo subordinar é exato, nesse caso, porque o criador da Alba teria poder de veto nas deliberações da união aduaneira.

Aúltima exibição da Alba ocorreu às vésperas da 5ª Cúpula das Américas, no mês passado. Reunidos em Cumaná, os presidentes do grupo liderado por Chávez propuseram

incluir nodocumento final da cúpulaumacondenação ao programa do etanol, por seus "efeitos negativos sobre os preços dos alimentos e os recursos naturais".

Esse não eraumtema central da reunião de 34 governantes americanos, mas foi a grande contribuição imaginada pelo grupo chavista.

Também o G-20 entrou no documento como "grupo exclusivista". Além disso, na mesma reunião manifestou-se apoio à pretensão do presidente paraguaio, Fernando Lugo, de renegociar

com o Brasil o Tratado de Itaipu.

Segundo o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (um órgão federal), Reginaldo Arcuri, a participação da Venezuela no Mercosul dará maior segurança jurídica às empresas brasileiras interessadas eminvestir naquele país.Oargumento é espantoso, porque admite ser insuficiente a atual segurança jurídica oferecida aos investidores. E o governo brasileiro aceita essa situação? Não é preciso pensar na "personalidade" do presidente Hugo Chávez. Dados mais tangíveis dão uma ideia de como ele poderá atuar no Mercosul edecomoseu poder de veto poderá afetar os interesses dos demais países do bloco – a começar pelo Brasil.

REAF: Sessão Nacional aprova proposta de regulamento do Fundo da Agricultura Familiar - Sítio Eletrônico do MDA – 08/05/2009

Representantes da sociedade civil e do governo brasileiro debateram durante toda esta semana temas ligados à agricultura familiar no âmbito do Mercosul. Foi realizada em Brasília a XXI Sessão Nacional da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF). Nesta sexta-feira (8), ocorreu a reunião plenária da Sessão. Um dos resultados do encontro foi a aprovação da proposta de regulamento do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul.

O Fundo foi criado na última REAF, realizada em novembro do ano passado no Rio de Janeiro. Ele contará com cotas fixas por país, mais um montante de 300 mil dólares dividido da seguinte forma: o Brasil deve entrar com 70%, a Argentina com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%. Além de financiar políticas integradas de desenvolvimento da agricultura familiar, o Fundo também apoiará o funcionamento da REAF, permitindo a participação ativa da sociedade civil.

As discussões dos Grupos de Trabalho antecederam os debates desta sexta. Um dos temas tratados no GT Facilitação de Comércio, na quinta-feira (7), foram os critérios de identificação da agricultura familiar. "O Brasil está disposto a avançar no reconhecimento mútuo dos critérios de identificação da agricultura familiar utilizados nos países, de modo a desenvolver políticas regionais integradas", afirmou Guilherme Brady, da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial (AIPC/MDA).

A Sessão Nacional é uma preparação para a XI REAF, que ocorrerá entre os dias 2 e 4 de junho, em Assunção, Paraguai. Para a representante da Assessoria Internacional da

Presidência da República, Carolina Albuquerque Silva, a REAF é inspiração para as demais Reuniões Temáticas. “Consideramos a experiência da REAF como algo a ser ampliado. A crise pode ser uma oportunidade para a sociedade civil aumentar sua participação na integração sul-americana”, afirmou.

Célia Regina das Neves participou das discussões como representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Ela deixou a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, no município de Curucá (PA), para fazer parte dos debates do encontro, em especial do Grupo de Trabalho (GT) de Gênero, realizado na última terça-feira (5). “Esse fórum é muito positivo. Entendemos que estamos num momento de transição do modelo de produção rural familiar e aqui temos a oportunidade de discutir políticas específicas voltadas para as castanheiras, seringueiras, quebradeiras de coco”, contou.

Mercosul completa 18 anos: bom momento para pensar o futuro – Armando Monteiro Neto – Valor econômico – Opinião – 05/05/2009

O setor privado brasileiro almeja uma zona de livre comércio, realmente livre de barreiras tarifárias e restrições

O Mercosul está completando 18 anos. O momento é propício para uma reflexão sobre o processo de integração. A crise mundial representa novo desafio para o Mercosul. Pensar sobre os rumos da integração nesse cenário de dificuldades econômicas determinadas pela redução da demanda mundial, pela queda dos preços das commodities, pelo enxugamento das linhas de crédito e pelo acirramento do protecionismo é uma tarefa desafiadora para governos e para empresários.

A estratégia de priorizar a integração do Cone Sul, que vem sendo adotada pelos governos brasileiros desde então, tem sido amplamente respaldada pelo setor privado, em geral, e pela indústria, em particular. O Mercosul desempenhou e continua a desempenhar importante papel na internacionalização das empresas brasileiras.

Os dados do comércio com os parceiros do bloco mostram um resultado extremamente favorável ao Brasil. Em 2008, o superávit brasileiro com os sócios foi de US$ 6,8 bilhões. Desse total, a Argentina foi responsável por US$ 4,3 bilhões. Entre 2004 e 2008, o saldo comercial do Brasil praticamente triplicou.

A importância do intercâmbio comercial do Brasil com os sócios para a indústria brasileira reside na composição das nossas exportações. Essa composição evidencia uma contribuição especial de produtos industrializados. Em 2008, dos US$ 21,7 bilhão vendidos pelo Brasil ao Mercosul, os produtos industrializados representaram 95% do total.

O Mercosul também tem sido importante destino de investimentos diretos de empresas brasileiras em processo de internacionalização. A Argentina, em particular, tem recebido investimentos importantes de empresas brasileiras de portes variados e atuando em diversos setores. A contribuição do setor privado brasileiro para a recuperação industrial daquele país tem sido notável em setores como o siderúrgico, o têxtil, o automotivo e de autopeças, o químico, dentre outros.

As relações políticas e econômicas entre o Brasil e os parceiros do Mercosul, ao longo dos anos, mostram avanços irrefutáveis. Não foram poucas as oportunidades em que os foros de diálogo do bloco propiciaram a superação de conflitos, seja na esfera econômica ou no campo político. Mas continuamos enfrentando muitos desafios. Para o setor industrial, o mais premente deles é a solução para o déficit de implementação dos compromissos acordados e da instabilidade de regras comerciais, que contribuem para um clima de incerteza para a atuação empresarial.

O setor privado brasileiro almeja uma zona de livre comércio no Mercosul, realmente livre de barreiras tarifárias e restrições não-tarifárias. Almeja, também, uma união aduaneira perfeita, caracterizada por uma Tarifa Externa do Mercosul sem exceções e por um Código Aduaneiro Comum que consolide a política comercial dos países em relação ao exterior.

O Brasil encerrou, em 2008, a presidência brasileira pro tempore do bloco com a frustração de: I) não ter obtido a aprovação do Código Aduaneiro do Mercosul; II) não ter concluído a tarefa de eliminação da dupla cobrança da TEC intra Mercosul; e III) não ter alcançado um compromisso entre os países sobre a distribuição da renda aduaneira.

Os avanços também foram escassos na agenda de negociações externas do Mercosul. Os acordos firmados têm pouco significado econômico. No período recente, diferenças nas políticas econômicas e nas preferências por modelos de inserção internacional tornaram mais difícil manter a coesão do bloco nas negociações externas. Para nós, a solução é focar nos interesses econômicos para viabilizar acordos comerciais de maior peso, incluindo acordos com países desenvolvidos, e continuar trabalhando para a conclusão bem sucedida da Rodada Doha da OMC.

Por fim, entre os grandes desafios do Mercosul está a adesão da Venezuela ao bloco. Os interesses econômicos do Brasil na Venezuela são relevantes. O superávit comercial brasileiro, em 2008, foi de US$ 4,6 bilhões. Contudo, esse resultado não dependeu da adesão do país ao Mercosul, cujo Protocolo ainda não foi aprovado pelo Congresso brasileiro. A avaliação da CNI é de que a adesão seja concluída no momento em que houver equilíbrio entre direitos e obrigações. Neste sentido, será importante contar previamente com a adesão da Venezuela às normas já aprovadas pelo Mercosul, bem como garantir o acesso ao mercado venezuelano.

A crise mundial representa, em si, o maior desafio para o processo de integração. A queda da demanda mundial e a ausência de crédito estão contribuindo para o acirramento do protecionismo, que pode se converter no maior perigo para o processo de integração entre os países. Os números do comércio nesses dois primeiros meses do ano revelam uma retração importante, comparativamente aos meses do ano passado.

As exportações brasileiras para o Mercosul experimentaram uma queda que beira os 50%. Neste cenário, não nos parece conveniente a adoção de restrições ao comércio que não contribuem para a superação da crise e, por outro lado, tendem a provocar conflitos setoriais com impactos nas cadeias produtivas.

A criatividade será importante neste período de dificuldades. Instrumentos como o comércio em moeda local - mecanismo já existente entre Brasil e Argentina - poderão contribuir para a recuperação dos fluxos comerciais. A realização de estudos sobre acesso a novas linhas de crédito e também sobre medidas de aperfeiçoamento do Convênio de Crédito Recíproco - o CCR que é utilizado no comércio na esfera da Aladi - podem apoiar o processo de integração, evitando retrocessos nos compromissos do Mercosul.

O preço de rejeitar a adesão da Venezuela ao Mercosul -Fabiano Santos e Márcio Vilarouca – Valor Econômico - 06/05/2009

É ilusão imaginar que, rejeitada pelo Senado brasileiro, a Venezuela manteria os privilégios comerciais que o Brasil hoje desfruta

A disputa entre governo e oposição, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, em torno da adesão da Venezuela ao Mercosul, reproduz em linhas gerais os mesmos argumentos apresentados pelas partes durante o processo de tramitação do protocolo na Câmara. A oposição, capitaneada pelo PSDB e DEM, lança mão de um argumento de cunho político, de que a Venezuela não cumpre os requisitos estabelecidos na cláusula democrática do Mercosul, e outro de cunho econômico, referente às indefinições nas negociações tarifárias com a Venezuela.

A Venezuela, desde 2005, é considerada membro do bloco em processo de adesão, o que lhe faculta participar das instâncias decisórias, inclusive no Parlamento do Mercosul, com direito a voz, mas não a voto. O país aderiu ao Protocolo de Ushuaia em 2005, sem que até o momento nenhum integrante do bloco ou membro associado tenha feito qualquer

tipo de representação formal contra os "procedimentos internos" do governo venezuelano por meio da evocação da cláusula democrática.

Desde 2005, a Venezuela vem realizando ao menos uma eleição a cada ano, como extensa participação de observadores internacionais e sem questionamentos da legitimidade do processo. Entretanto, os dois referendos realizados no período revelaram certo enfraquecimento da liderança bolivariana. Chávez foi derrotado no referendo de 2007, a oposição obtendo 51% dos votos válidos, mas venceu o referendo de 2009, que pôs fim ao limite do mandato presidencial, desta feita a oposição angariando 46% dos votos válidos, desempenho muito melhor do que aquele apresentado pela principal liderança da oposição, Manuel Rosales, nas eleições presidenciais em 2006. Os dados devem ser vistos com cautela devido a enorme variação na abstenção eleitoral, que não deixa de ser outro indicador de que o quadro de disputa não apresenta uma tendência nítida, com potencial eleitorado a ser mobilizado.

Revogar a adesão da Venezuela significa isolar não só Chávez, mas também a oposição venezuelana. A instância regional pode servir de contrapeso mantenedor do Estado de Direito, num contexto que é ainda de extrema polarização política. Neste sentido, é importante relembrar a efetividade do uso da cláusula democrática quando da tentativa do golpe militar no Paraguai, em abril de 1996, quando o general Oviedo ameaçava destituir o presidente Wasmosy.

O argumento institucional vai além e envolve a própria ideia de se ter um ambiente integrado no âmbito político que estabilize relações econômicas entre os países e que, ao mesmo tempo, sirva de anteparo para comportamentos internamente desestabilizadores e de incentivo para uma cultura política de entendimento e moderação. O Mercosul possui vocação inegável para cumprir este papel.

Pelo lado econômico, um dos principais questionamentos é que há elevado grau de indefinição em relação às negociações tarifárias. O argumento não é irrelevante, mas é de caráter secundário se levamos em conta o crescimento da complementaridade econômica entre os dois países. O Brasil é o terceiro maior fornecedor de produtos para a Venezuela, somente atrás de Estados Unidos e Colômbia. As exportações brasileiras aumentaram em 858%, entre 1999 e 2008, sendo que no ano passado o país apresentava um saldo comercial de US$ 4,6 bilhões. Para efeitos comparativos, ainda mais se considerarmos a defesa pró-Alca feita anteriormente pelos partidos de oposição, o superávit com os Estados Unidos é de apenas US$ 1,8 bilhões, e de US$ 10,2 bilhões no conjunto dos 27 países da União Europeia.

A pauta de produtos exportados nos fornece outra indicação relevante do potencial mercado venezuelano. O Brasil é o 2º maior fornecedor venezuelano de automóveis, 2º de eletro-eletrônicos, 3º de máquinas e equipamentos, 5º de alimentos e 6º no setor farmacêutico. Seria interessante observar, a título de curiosidade, que o Estado representado

pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Minas Gerais, é o que mais exporta para a Venezuela, após São Paulo, Estado da maior e mais poderosa federação de indústrias do país.

Contudo, o espaço conquistado no mercado venezuelano não está totalmente assegurado. Após a decisão de Chávez de se desligar da Comunidade Andina, fato que permitiu ao Brasil o avanço sobre um mercado que era cativo da Colômbia e também do México, a China iniciou uma agressiva política comercial, assinando, inclusive, mais de 300 acordos comerciais com a Venezuela no início de 2009. Ou seja, a aprovação da adesão da Venezuela ao Mercosul significa melhorar ainda mais a inserção competitiva dos produtos brasileiros por meio da ampliação das margens de preferências comerciais em relação a terceiros países. A rejeição, por outro lado, às portas para os concorrentes extrabloco, mas principalmente para os chineses.

É importante insistir neste ponto, pois a verdade é que o Brasil não possui muitos instrumentos para se contrapor à entrada de produtos chineses na Venezuela, dependendo quase que exclusivamente dos acordos tarifários vigentes. Assim, para manter a competitividade de sua indústria pelo mercado venezuelano, atualmente o Brasil goza de privilégios tarifários definidos pelo acordo celebrado entre países do Mercosul e da Comunidade Andina das Nações. Contudo, em função da saída da Venezuela da Comunidade Andina e do seu possível ingresso no Mercosul, tais privilégios serão encerrados em 2011. Em outras palavras, a reversão implica que as preferências desfrutadas pelo Brasil hoje em dia seriam extintas a partir deste ano.

É ilusão imaginar que, eventualmente rejeitada pelo Senado, a Venezuela manteria o Brasil com um status comercial privilegiado. A partir de 2011, e com uma decisão negativa por parte dos senadores brasileiros, a Venezuela se encontraria numa espécie de limbo econômico institucional, situação ideal para o início da supremacia econômica chinesa em nosso querido solo sul-americano.

Pelos dois motivos elencados acima, podemos dizer que a rejeição pelo Senado do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul configura um desastre político e econômico para o país e para o continente.

Fabiano Santos é cientista político, professor e pesquisador do IUPERJ/UCAM, é também coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON/IUPERJ).

Márcio Vilarouca é cientista político e pesquisador do NECON/IUPERJ.

Chávez no Mercosul – vale arriscar? – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Opinião – 07/05/2009

Há um defeito grave na discussão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.

O ponto politicamente mais importante é quase sempreesquecidoeissoprejudica a avaliação de riscos e benefícios.

O Mercosul não é apenas um sistema de preferências comerciais nem uma zona de livre comércio. Não se trata, portanto, apenas de admitir ou rejeitar um sócio num clube de integração comercial. O bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai é uma união aduaneira.

Uma associação desse tipo é caracterizada não só pela adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC), mas também por certas obrigações e limitações políticas.Nenhum de seus membros pode negociar isoladamente um acordo de livre comércio.

Toda negociação desse tipo –com a União Europeia, com os EUA, com o Burundi ou qualquer outro parceiro – é necessariamente uma ação conjunta e requer a concordância de todos os sócios.

Isso vale tanto para uma negociação bilateral quanto para um empreendimento mais amplo, como a Rodada Doha ou o fracassado projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). É preciso articular interesses não só na hora de cobrar concessões, mas também no momento de elaborar ofertas. Esse exercício já tem sido muito difícil no Mercosul formado por quatro sócios.

Brasileiros e argentinos têm divergido quando se trata de oferecer acesso a seus mercados de produtos industriais. Isso ocorreu tanto nas conversações bilaterais com os europeus quanto nas discussões da rodada global.

Também a vida no interior do bloco tem sido complicada. As perfurações da TEC talvez sejam a questão menos grave. Ao lado disso, permanece o desafio de eliminar a tributação múltipla, nos casos de produtos importados de fora do bloco por um país e transferidos a outros. Imaginou-se poder liquidar e problema durante a presidência brasileira do bloco, mas não foi possível.

Outro problema importante e sem solução à vista é o status do comércio de veículos e componentes.

O bloco deveria ter liberalizado esse comércio há muito tempo, mas o prazo tem sido repetidamente esticado. Além de tudo, há múltiplas barreiras ao comércio entre os países do bloco e os obstáculos têm apenas aumentado. Em resumo, nem como zona de livre comércio o Mercosul funciona adequadamente.

Mas o bloco foi concebido para fins mais ambiciosos que a mera formação de um amplo mercado regional. O Mercosul deveria ser uma plataforma de inserção de seus sócios na economia global.

A integração entre os quatro países, por meio do comércio intrabloco, da troca de investimentos e da criação de cadeias produtivas, deveria proporcionar escala e condições

técnicas para uma produção competitiva em todos os mercados.A convergência de interesses deveria facilitar a ação conjunta e a criação de um ator importante na conformação da economia global.

O objetivo da inserção internacional nunca foi buscado com suficiente vigor. O bloco se envolveu em poucas negociações ambicios as e quase sempre a articulação de interesses foi deficiente.

Não houve harmonia nem mesmo na eleição do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando um candidato brasileiro e um uruguaio foram apresentados. Pouco depois, o governo brasileiro apresentou um candidato à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sem apoio de seus vizinhos.

Esses desacertos diplomáticos são superáveis e hoje são raramente lembrados, pelo menos em voz alta. Mas o bloco permanece emperrado em sua integração econômica e incapaz de se articular para negociações de grande alcance. Há quem defenda o retorno do Mercosul à condição de área de livre comércio. Os governos poderiam se concentrar na solução dos problemas comerciais do bloco e cada um seria livre para negociar acordos com quem quisesse.

Se o Mercosul já funciona mal nas condições atuais, como ficará se as suas decisões passarem a depender também do voto do presidente Hugo Chávez e, portanto, ficarem sujeitas aos critérios políticos da Alba, a Alternativa Bolivaria na para a América Latina? Discutir se o presidente Chávez é ou não um candidato a ditador é perda de tempo neste momento.

Há uma questão preliminar: vale a pena acrescentar os objetivos políticos do presidente venezuelano às já complicadas condições da união aduaneira?

Todos os demais argumentos perdem relevância enquanto não se dá uma resposta clara a essa pergunta. Admitir Chávez no Mercosul(e não uma Venezuela abstrata) é admitir sua participação na diplomacia econômica do Brasil.É essa a escolha

Brasil deve se tornar alvo preferencial do protecionismo global – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009

Mesmo preparadas para enfrentar a competição por novos mercados, as exportações de produtos agropecuários do Brasil tendem a virar "alvo preferencial" do protecionismo comercial nos próximos dez anos. Além disso, a crise financeira global e as negociações para um novo acordo sobre mudanças climáticas deverão suscitar uma série de barreiras técnicas ao comércio, incentivar medidas discriminatórias e ressaltar eventuais problemas sanitários e fitossanitários da produção brasileira.

O cenário adverso, traçado pelo advogado americano Scott Andersen, pode piorar com acusações de dumping, danos à produção local e restrições de acesso a mercados via classificações aduaneiras inapropriadas, cobrança de taxas além do previsto nas legislações nacionais e a imposição de sistemas de bandas de preços. Principal estrategista do vitorioso

processo brasileiro contra os subsídios concedidos pelo governo dos EUA a seus produtores de algodão, Andersen reforçou ontem a necessidade de ação conjunta do governo e setor privado para evitar novas e arrastadas disputas comerciais.

Em palestra durante seminário dos dez anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), o especialista em regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) recomendou ao setor rural apoiar as negociações multilaterais da "Rodada Doha" e denunciar as "inconsistências" das normas ambientais dos Estados Unidos e da União Europeia em relação às regras da OMC. "Nos próximos dez anos, o enorme sucesso das exportações do Brasil pode transformá-lo em um alvo do protecionismo", afirmou Andersen, advogado do escritório Sidley Austin, em Washington.

A receita do especialista para driblar uma "onda protecionista" contra o Brasil inclui patrocinar acordos na OMC para evitar novas aberturas de comitês de arbitragem (panel) e reforçar o papel do Brasil como "terceira parte" interessada com o objetivo de influenciar a jurisprudência comercial. "Mas tem brigar, quando necessário, para defender o direito de acesso a mercados", sugeriu à plateia de 200 convidados. O temor de Scott Andersen tem fundamento.

Iniciado em setembro de 2002, o processo contra os subsídios ao algodão americano pode gerar uma retaliação de US$ 2,5 bilhões e desmontar o arsenal de subsídios agrícolas dos EUA. Mas ainda não tem uma decisão final sobre as compensações devidas aos produtores brasileiros. Um novo prazo, que expira em 30 de junho, foi fixado pelos juízes da OMC.

Os principais nós comerciais para o Brasil estão escondidos entre as letras miúdas das regras de concessão de subsídios e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC. Também espreitam no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e nos procedimentos para a aplicação de soluções de controvérsia, além das regras não-discriminatórias, restrições quantitativas (cotas), classificação tarifária e acesso a mercados.

"Os acordos SPS e TBT serão cada vez mais usados como protecionismo. Mas o Brasil está preparado para os desafios de encarar a competição com produção subsidiada", disse.

Dentro do acordo SPS, o advogado americano aponta como entraves eventuais medidas quarentenárias, exigências de processamento, certificação, inspeção, testes e rotulagem relacionada à saúde. "Centenas de novas medidas são lançadas todos os anos", afirmou. As medidas de precaução, segundo ele, são tomadas por interesses comerciais específicos e grupos de consumidores. A segurança alimentar e os padrões de saúde animal e vegetal também podem ser motivos.

A solução, diz Andersen, passa pela cooperação e as negociações bilaterais sobre questões técnicas do SPS e a fixação de medidas de equivalência com negociações, auditorias e inspeções, sistema de rastreamento forte e padrões sanitários elevados.

O advogado alertou que medidas discriminatórias devem ser tomadas contra o Brasil, como a adoção de padrões para o biodiesel, critérios de sustentabilidade no etanol, rotulagem da carne bovina e exigências de níveis reduzidos de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Para evitar prejuízos, o Brasil deveria buscar acordos na OMC e influenciar fixação de padrões em organismos internacionais. Biocombustíveis podem ser banidos ou discriminados em função de critérios de sustentabilidade, como impactos negativos sobre a biodiversidade e o desmatamento. "A coordenação com os demais países produtores de biocombustíveis também é importante".

Gabrielli critica taxação do etanol pelos Estados Unidos. – Sítio Eletrônico da CNA – 22/05/2009

Nova York, 22 - O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, criticou a tarifa imposta pelos EUA à importação do etanol, durante homenagem que recebeu como "Personalidade do Ano", em jantar realizado ontem pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, em um hotel de Nova York. Gabrielli destacou que as importações de petróleo não são taxadas nos Estados Unidos e, por isso, não há sentido econômico ou estratégico na taxação do etanol no país. O executivo afirmou que a Petrobras estuda "continuamente oportunidades na área de combustíveis biorrenováveis". Ele disse ainda que a estatal espera "trazer aos EUA a longa experiência acumulada pelo Brasil nesta área".

"Naturalmente, ao discutir esse assunto, é impossível não mencionar a tarifa imposta contra o etanol importado", ressaltou Gabrielli para a plateia presente ao evento, que incluía o megainvestidor George Soros, convidado de honra do executivo brasileiro. Ele citou nominalmente o fundo de Soros como "um dos maiores acionistas da Petrobras". Soros foi quem apresentou Gabrielli para a plateia. Gabrielli acrescentou, sobre a taxação do etanol, que "até este assunto ser resolvido, a contribuição da Petrobras e do Brasil nesta fonte eficiente de energia renovável infelizmente permanecerá limitada".

Emergentes atacam subsídios de EUA e UE – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 28/05/2009

Brasil e mais 28 países levam à OMC os subsídios à exportação de leite e dizem que americanos e europeus anularam compromissos do G-20

Brasil e mais 28 países acusaramontemos Estados Unidos e a União Europeia (UE) de tornar nula a declaração do G-20, em Londres.Emabril, o encontro de líderes estipulou que nenhumamedidaprotecionistaseria tomada este ano como forma de garantir a retomada do crescimento mundial. O tema foi levado ontem à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Legalmente, nem americanos nem europeus fizeram, por hora, nada errado. Mas não estão seguindo os compromissos assumidos. O que provocou as críticas foi a decisão de Washington e Bruxelas de voltar a subsidiar a exportação de leite.

Os fazendeiros estão em dificuldades por causa da queda dos preços mundiais do leite, que chega a 60%, e estão indo para as ruas protestar. Os governos americano e europeus cederame voltaramasubsidiar às exportações. Esse apoio é considerado prejudicial aos interesses dos exportadores dos países emergentes. Na avaliação do Brasil, a medida é uma forma de protecionismo.

Paraváriosgovernos,portanto, o que está em jogo é exatamente o acordo de não elevar barreiraseadotarmedidasprotecionistas.

"O presidente Barak Obama (dos EUA) quebrou suas promessas", acusou Doug Chant, representantes dos produtores australianos de leite.

Há cinco anos os subsídios não eram concedidos. Agora, o setorreceberánosEstadosUnidos US$ 150 milhões para aumentar sua competitividade.

O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, disse queasmedidassão"preocupantes".

Argentina, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e mais de 20 outros países seguiram a mesma crítica levantada pelo Itamaraty no Conselho Geral da OMC.

Peter Allgeier, embaixador dos Estados Unidos na entidade, tentou justificar a medida dereintroduzirossubsídios.Segundo ele, Washington adotou amedidaparanãodeixarprejuízos aos produtores americanos, diantedadecisãodeBruxelas de também reintroduzir a ajuda financeira.

Para Washington, portanto, a questão era apenas voltar a dar aos produtores de leite dos EstadosUnidosasmesmascondiçõesparacompetirnomercadointernacional."

Umaguerra de subsídios apenas levaráopreçoaumaquedaainda maior, adiando a recuperaçãodaeconomiaefazendoos mais pobres sofrerem", afirmou Peter Grey, embaixador da Austrália.

Já a diplomacia européia explicou que a reintrodução dossubsídiosnãoéumaviolação dos compromissos do G-20. Isso porque o programa de apoio já existia antes do acordo entre os chefes de Estado.Ele,porém,nãoestaria sendo usado. O Brasil rejeitou todas as explicações.Deumlado, alertou que o comportamento dos Estados Unidos apenas intensificaria a guerra comercial e asmedidas de distorção.

Alémdisso,osprodutores de países que não têm condições de dar subsídios seriam afetados duplamente: pelos subsídios americanos e europeus.

Noque se refere à explicação europeia, o Itamaraty também a rejeitou. “Isso significariaquepoderíamos, então, voltar a elevar as alíquotas das taxas que eram aplicadas no passado”, disse.

O G20, uma foto amarelada? – Folha de São Paulo – Opinião – 28/07/2009

A Comissão Europeia, o braço executivo do conglomerado de 27 países, lançou ontem o seu projeto de regulação do sistema financeiro, cujas lacunas estão na origem da crise global. A proposta, que tem de ser referendada na cúpula do mês que vem, prevê a criação de um Conselho Europeu de Risco Sistêmico, cuja função será recolher e analisar toda a informação sobre o sistema financeiro, detectar possíveis riscos e avisar para que se tomem medidas para corrigi-los antes que provoquem uma crise.

Segundo ponto: dar mais poderes às autoridades europeias de supervisão para o controle de bancos transfronteiriços (que operam em vários países). Esse segundo ponto é polêmico: países como os Estados Unidos e o Reino Unido se opõem a que seus centros financeiros sejam vigiados por supervisores externos. O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, não escondeu que as propostas representam uma competição com os Estados Unidos: "Queremos que a Europa seja a primeira a aplicar os compromissos do G20 sobre supervisão transfronteiriça".

Na verdade, a Europa está sendo pioneira em tudo o que se refere aos compromissos assumidos no dia 2 de abril pela cúpula do G20 para a reforma do sistema financeiro global, exceto na área de derivativos, em que os EUA se anteciparam, na semana passada, com sua própria proposta.

A competição explícita não deixa de ser intrigante: supunha-se que o G20 fosse o ponto de encontro para uma cooperação global e para a coordenação de medidas. Nesse ritmo, a cúpula de Londres do grupo ficará apenas como uma "photo opportunity", porque os dois grandes, EUA e Europa, não estão coordenando nada nem entre si nem muito menos com os emergentes, como o Brasil, que parece voltar ao papel periférico de sempre.

crossi@uol.com.br

O G8 morreu, o G20 respira pouco – Folha de São Paulo – Opinião – 31/05/2009

SÃO PAULO - O governo brasileiro está batalhando, sem sucesso, para entronizar o G20, o clubão das maiores economias do planeta, como gerente informal das finanças mundiais, o que lhe asseguraria um posto na linhas de frente.

Mas, por desinteresse de países ricos, entre eles o que preside o G20 no momento, o Reino Unido, o grupo não saiu do lugar desde a cúpula de Londres. Todo o trabalho de coordenação e definição da reforma da arquitetura financeira global ou não caminha ou fica a cargo de iniciativas isoladas. Estados Unidos e União Europeia já divulgaram seus planos para regular os derivativos e para vigiar os bancos, respectivamente.

Mas nada coordenado, o que combina com o abandono da tese, que o Brasil defendeu, de que deveria haver um sistema supranacional de regulação.

Até aí, no entanto, o governo brasileiro não se preocupa. Aceitou que as resistências a que estranhos xeretem Wall Street ou a City londrina são grandes e poderosas demais para serem vencidas. O que incomoda o governo é que o G20 não se dotou de um processo próprio de trabalho sobre a regulação do sistema financeiro desde a cúpula de Londres, realizada já faz dois meses (2 de abril).

O que há é apenas um calendário de reuniões que serve para reforçar a sensação de paralisia do grupo. A próxima reunião ministerial será apenas em setembro, em Londres, três semanas antes da nova cúpula, a terceira do G20, marcada também para setembro, nos EUA.

Reuniões de cúpula, como sabem todos os que as acompanham, são apenas a cereja de um bolo que tem que ser preparado antes pelos técnicos. Não há ninguém batendo esse bolo, o que cria um vácuo de gerenciamento financeiro global: o G8 morreu, mas ainda não foi enterrado, e o G20 nasceu, mas não consegue sair da incubadora.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL